

## A OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA E O COMBATE À TIRANIA NOS ESCRITOS LIBERTÁRIOS DE MARIA LACERDA DE MOURA

JUSSARA VALÉRIA DE MIRANDA\*

Brasil, 1928, jornal *O Combate*, São Paulo. Maria Lacerda de Moura registra mais um de seus escritos marcantes. O artigo é uma afirmação de princípios. Uma resposta aos que a criticaram. Insultos e perseguições compõem a trajetória desta mulher que falava em coragem, sonhos, problemas humanos, individualidade, amor e solidariedade:

*Não costumo responder aos ataques da imprensa. Nunca respondi, e não pretendo responder aos insultos, às provocações, às calúnias com que buscam me visar, através da independência com a qual defendo as minhas verdades interiores, injúrias que não me atingem.*

*Ou melhor: enquanto eu estiver no gozo das minhas faculdades mentais e dentro do equilíbrio das ideias em harmonia com o meu caráter, enquanto a minha consciência for o meu único juiz, a benção de luz da minha vida interior – a resposta ao despeito, ao fanatismo, ao sectarismo, às injurias, às calunias, será continuar a pensar e a viver nobremente a coragem excepcional de dizer, bem alto, o que penso, o que sinto, o que sonho, embora toda a covardia do rebanho humano apesar dos escribas e fariseus da moral social.*

*(...) Chovam-me sapos de toda parte: eu os comerei sem repugnância, com imenso prazer, que os sonhos me saltam da pena, e das mãos, já não cabem no coração a transbordar de Amor para toda essa pobre Humanidade cega de inconsciência, de fanatismo, de ignorância, em uma palavra, cega de ambição, e da “vontade de poder”. Não me defendo, nem acuso. Nem aceito D. Quixotes. O protesto público de solidariedade de dois ou três amigos verdadeiros, não é a atitude humilhante da defesa: sou um individuo e não uma “dama”.*

*(...) As minhas armas são os meus sonhos, é a minha vida subjetiva, é a minha consciência, a minha liberdade ética, é essa harmonia que canta dentro de mim, e toda a minha lealdade para comigo mesma; e eu não maculo a minha riqueza de vida, o meu tesouro interior, envolvendo-o na mesquinhez e na perversidade das leis dos homens ou misturando-o com dinheiro (...) (MOURA, 27/09/1928: 1)*

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

Maria Lacerda de Moura defendia-se de ataques ferrenhos por ter manifestado a sua opção pela vida. Seus artigos, publicados nos dias 23 e 30 de agosto e no dia 06 de setembro de 1928<sup>1</sup>, denunciavam o fascismo italiano em ascensão desde início da década de 1920, e valorizam o humanismo.

A escritora fez uma análise do episódio no qual Del Prete, aviador italiano, morreu durante uma exibição para o governo fascista, o que lhe rendeu várias homenagens da imprensa e do clero brasileiros. Prete foi considerado “herói”, “orgulho da raça” e defensor da “religião”, da “família” e da “pátria”. Maria Lacerda questiona o valor social dado ao aviador, uma vítima do fascio, patriótico delirante, e defende o reconhecimento de Amundsen, norueguês que colocou sua vida em risco para tentar resgatar um cientista - general Nobile - perdido nos gelos polares durante uma expedição. “Não confundamos o delírio esportivo aviatório-militarista de um Del Prete com o heroísmo, com o humanismo e a ciência de um Amundsen, até hoje e talvez perdido para sempre à mercê dos icebergs, atrás de um Nobile, outro grande herói no campeonato dos vôos célebres...” (MOURA 23/08/1928: 2)

A imprensa considerou os artigos de Lacerda um conjunto de “blasfêmias”, e o jornal *O Combate* cedeu um espaço para a escritora se defender desses ataques. Segundo De Decca, que se dedicou a analisar as tensões políticas no Brasil de 1930, *O Combate* garantia seção ao movimento operário onde veiculavam campanhas de incentivo às organizações partidárias. A proposta era arregimentar as tendências políticas contestatórias, dando voz ao operário comum e a outros grupos como o Partido Democrático e o Bloco Operário e Camponês. O autor classificou o jornal como “revolucionário” e propositivo. “Através de suas páginas a classe operária entrava no cenário da revolução, não como um agente social que deveria receber no final da luta política algumas “benesses”, tais como as leis trabalhistas, mas sim como um aliado imprescindível da luta revolucionária.” (De Decca, 1984, p.93)

A “objeção de consciência” aparece nos textos da autora como uma escolha pela liberdade. Maria Lacerda defendia que o indivíduo adquiriria condições de pensar livremente à medida que soubesse combater os valores impostos pelo Estado, família e

---

<sup>1</sup> MOURA, Maria Lacerda de. De Amundsen a Del Prete. **O Combate**, São Paulo, n. 4794, p. 2, 23/08/1928; De Amundsen a Del Prete, n. 4800, p. 3, 30/08/1928; De Amundsen a Del Prete (conclusão), n. 4806, p.3, 06/09/1928.

Igreja. A educação libertadora seria o *meio*, instrumento essencial para o indivíduo alcançar sua autonomia.

Num primeiro momento, foi influenciada pelos ideais da Escola Nova, corrente pedagógica liberal. O livro *Em torno da educação*, 1918, foi definido, por ela mesma, como “patriótico, exaltado, burguesíssimo, cheio de preconceitos e dogmatismo”. Segundo Pagni,

*Por intermédio da educação, os chamados “reformadores liberais” que tinham suas idéias veiculadas pela imprensa paulista, acreditaram promover a democratização social do país bem como, por intermédio da criação dos centros universitários, formarem as novas elites dirigentes capazes de levar a cabo o referido projeto. (PAGNI, 2000: 50)*

A Escola Nova propunha a formação de elites capazes de servir o Estado. Os liberais queriam formar cidadãos aptos a votar, além de difundir valores que consolidassem o ideal de “civilização”. *Em torno da educação* defendia a obediência à ordem e ao Estado, apesar de evidenciar um traço rebelde (observado por José Oiticica) quando a autora defendia a educação como instrumento de ação coletiva. No entanto, a incorporação do escolanovismo pelo Estado, bem como o contato de Maria Lacerda com outras perspectivas educacionais, a distanciou da Escola Nova. (Richter, 1998)

Após mudar-se para São Paulo, Maria Lacerda entrou em contato com movimentos feministas, anarquistas, socialistas e comunistas, o que transformou o seu olhar sobre a educação. A autora percebeu o elitismo das escolas oficiais bem como a reprodução dos ideais nacionalistas. A educadora passou a defender uma educação para o operariado.

Ao trabalhar o tema da educação, Maria Lacerda discutiu a necessidade de abrir espaços para a mulher e o trabalhador, ambos carentes de informação e de formação. Argumentava que o ser humano necessitava de conhecimento para tornar-se uma pessoa melhor, respeitar as diferenças, exercitar a sensibilidade e criar outros meios de intervenção política não baseados na força, na guerra, na submissão ao/do outro.

A liberdade só poderia ser alcançada através do esforço individual pautado numa educação libertadora. O ser humano livre é aquele que se coloca acima dos dogmas difundidos pela família, Estado e religião. A negação das instituições e valores

“domesticadores” consistia no objetar de consciência. Ser objetor de consciência significava posicionar-se contrário ao que se convencionou considerar inquestionável, a começar pelos sistemas políticos e religiosos.

Em artigo publicado em 1927, Maria Lacerda discute a “objeção de consciência” de Georges Chevé, um francês que não se alistou ao serviço militar obrigatório e acabou sendo preso. O homem argumentava que havia presenciado os horrores da Primeira Guerra Mundial quando criança, e se recusou a alistar-se nas fileiras da morte.

*Recusou-se ao serviço militar com uma expressão firme, clara, heróica, simples, em três frases curtas, incisivas: “Obedeço á minha consciência: é a minha Lei”. “Não quero matar”. “Jamais consentirei em ser soldado”.*

*Está preso Georges Chevé, embora o presidente do Conselho de Guerra de Rouen e o próprio comissário do governo o viessem cumprimentar, apertar-lhe as mãos em homenagem aos seus elevados sentimentos. Chevé declarara ter visto, criança ainda, os horrores da guerra, os mutilados, os feridos horríveis, a fome, a nudez, a brutalidade, toda a selvajaria, o pavor, a hediondez da carnificina e compreendera e sentira e penetrara as causas das guerras e jurou à sua própria consciência não ser um assassino, não fazer parte da escola de chacina, não ser nunca um soldado. E diante do Conselho de Guerra reunido para o julgar, declarou, corajosamente, estar disposto a tudo – menos a matar, menos a ser soldado.*

*Operários e intelectuais, pensadores, nomes eminentes e anônimos enviaram a Georges Chevé protestos de homenagem à sua nobre atitude de objetar de consciência, apelando em favor dessa bela alma que, sem alarde, sem se alistar em fileira alguma, sem invocar outra coisa a não ser a sua consciência – reivindica o direito de ser livre – para poder amar ao próximo como a si mesmo (MOURA, 19/11/1927: 3)*

Uma atitude como a de Georges Chevé representava a possibilidade de ser livre e estar acima das pressões sociais. O francês optara pela liberdade, mesmo que seu corpo fosse encerrado numa cela. Do que vale um corpo livre se a mente não o conduz? Manter o corpo livre significava colocá-lo a serviço da morte, naquelas circunstâncias. Chevé não permitiu que o domesticassem, num momento em que o fascismo se impunha na Itália e influenciava o Brasil com projetos homogeneizantes.

*Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!*, escrito em 1933, em pleno Governo Vargas, também foi uma campanha contra o fascismo. É resultado de uma conferência realizada em 1932 a pedido da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro. A obra trata de um projeto de lei da época que visava tornar obrigatório o serviço militar para ambos os sexos. A autora realizou reflexões de negação à proposta apresentada e alistou-se à Internacional dos Resistentes à Guerra, associação composta por intelectuais e militantes.

O serviço militar obrigatório era defendido por Olavo Bilac desde 1915 (Luca, 1999). Os homens convocados para servirem à pátria seriam os responsáveis pela defesa do território nacional, se necessário, e sacrificariam suas vidas em função da defesa das fronteiras. No entanto, este novo anteprojeto de Constituição trazia uma novidade: a obrigatoriedade do serviço às mulheres.

A relação do governo de Vargas com o fascismo na Itália, segundo Maria Lacerda, estava na subjugação do indivíduo pelo Estado, na perda da liberdade individual. A disciplinarização dos indivíduos e dos movimentos populares se dava pelo conjunto de leis elaboradas pelo Estado, burocracia criada para servir de mediação entre patrão e empregados. O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado em 26 de novembro 1930 (decreto nº 19.433), representava o controle sobre os trabalhadores que se encontravam à mercê das regras ditadas pelo mercado.

O Estado fascista mata o indivíduo, escreveu Maria Lacerda. O indivíduo é absorvido pelo sistema e todos passam a obedecê-lo cegamente. Todos os esforços da massa homogênea servem para beneficiar uma elite. Os “servidores da pátria” são, portanto, defensores de uma classe privilegiada, entregue ao imperialismo:

*Isso é fascismo: mobiliza-se todo o Estado no serviço militar obrigatório total; tiram-se todos os movimentos das massas trabalhadoras – através da “Carta Del Lavoro” e do Ministério do Trabalho; disciplina-se o indivíduo por meio das expedições punitivas e do óleo de rícino, e tem-se a “ação integralista”, a unidade total – para que a “população de cima” possa mover-se à vontade – afim de mais facilmente vender o território e o povo trabalhador, na vassalagem aos imperialismos inglês ou yankee, de que já não passamos de colônia e de que são os governantes – os gerentes da Sociedade Anônima Limitada – o Estado, pertencente aos reis do dólar ou da libra.*

*A nossa mentalidade, filha do português “da governança e da fradaria” não pode encontrar senão esse caminho. Servilmente, ruminamos pelas estradas abertas, da força e da violência. E admiramos a brutalidade. E pedimos o chicote do feitor. (MOURA, 1999: 19)*

Maria Lacerda apontava o caráter subserviente da elite brasileira frente aos interesses estrangeiros, o que tornava questionável a postura nacionalista tão propagada pelo governo. A autora buscava alertar o leitor para o fato do discurso em favor da pátria representar um meio de manter a população envolvida pela idéia de civismo, enquanto os grupos mais favorecidos abriam espaço à exploração estrangeira.

O Brasil, segundo Lacerda de Moura, esteve à mercê do poder colonizador e imperialista, herdando uma cultura fortemente autoritária. Este país que foi construído de forma truculenta, a partir de um processo de exploração e desrespeito aos povos originários, havia aprendido a conviver com o “chicote do feitor”. “Sem pátria, sem fronteiras, sem família e sem religião”, dizia, já que ela intencionava alertar os leitores sobre os perigos da concepção de nação e de pátria.

Durante o Governo Vargas, os colégios eram palcos para festas cívicas e os livros didáticos eram veículos do ideal nacionalista (Fonseca, 2003). Essa política culminou na ditadura do Estado Novo a partir de 1937, período marcado pela forte repressão aos movimentos sociais e às manifestações culturais. A educação institucional assumiu o perfil nacionalista, cumprindo uma função conservadora e homogeneizante.

Em *Clero e Estado*, a ativista afirmou: “Há só um caso em que me posso tornar patriota, nacionalista: é quando os interesses humanos se confundem com os interesses nacionais” (Moura, 1931, p.4). Os interesses nacionais deveriam, portanto, acompanhar os interesses dos indivíduos, fortalecer a dignidade humana, além estabelecer uma convivência pacífica e igualitária onde reinasse a liberdade de ação e de pensamento.

A proposta de serviço militar obrigatório para homens e mulheres sustentava o projeto bélico do Estado nacionalista. Um Estado forte o era pelo seu potencial de destruição; nesse sentido, as medidas governamentais objetivavam fortalecer o exército. A tecnologia era utilizada para o desenvolvimento de armamentos cada vez mais sofisticados e a guerra em nome da nação significava a guerra contra a vida.

Cultivar amor à pátria e morrer por ela seria uma forma de negar-se como ser humano, negar sua consciência em nome de um Estado que mantém privilégios de

classe. Cultivar amor à família significava manter-se preso a uma estrutura de poder na qual um sobrenome determina a origem e a formação do indivíduo. Cultivar o amor à Igreja era, sobretudo, manter-se ligado a uma instituição que historicamente esteve ao lado do Estado e do Capital. Entendidos como mecanismos de controle social, família, Estado e religião aparecem nos escritos de Maria Lacerda como propulsores da ignorância e da “domesticação”.

*Todos nós, aliás, somos capturados no primeiro vagido. A educação, desde o batismo e o Jardim da Infância até a Universidade, as academias científicas ou literárias, a nação, a pátria, a sociedade em suma, com todas as suas indispensáveis ramificações – religião, família, Estado, - apoderam-se da criatura humana, capturam-na no berço e levam-na ao túmulo – “domesticando-a”, civilizando-a, “condoída” da sua ignorância, paralisada da sua cegueira, numa piedade verdadeiramente cristã. (MOURA, 11/06/1928)*

Uma união baseada na obrigatoriedade e na autoridade do marido sobre a esposa e filhos fomenta a posse, a violência, o autoritarismo e a hierarquia. O Estado, originário dessa família, é um Estado de privilégios, controlador, punitivo, clientelista. A idéia de autoridade e controle, difundidas socialmente, levam à crença de que só é possível organizar uma sociedade mediante um governo, naturalizando-o.

*A idéia governamental nasceu, portanto de costumes de família e da experiência doméstica: nenhuma revolta se produziu então, o governo parecendo tão natural à sociedade quanto à subordinação entre o pai e seus filhos. Eis por que o filósofo reacionário De Bonald pôde dizer, com razão, que a família é o embrião do Estado, de que ela reproduz as categorias essenciais: o rei no pai, o ministro na mãe, o súdito no filho (PROUDHON, 1983: 59)*

O anarquista remete à naturalização da autoridade e do governo nas sociedades que se fundamentam numa estrutura familiar patriarcal e hierárquica. A família assume o lugar de embrião do Estado numa referência às relações de poder estabelecidas entre pai, mãe e filhos. O Estado, em última instância, é uma extensão da família, mantida por uma autoridade que lhe é própria. Ainda segundo Proudhon:

*O que manteve esta predisposição mental e tornou a fascinação durante tanto tempo invencível é que, em consequência da analogia suposta entre a sociedade e a família, o governo sempre se apresentou aos espíritos como órgão natural da justiça, o protetor do fraco, o conservador da paz. Por esta atribuição de providências e de alta garantia, o governo se enraizou tanto nos corações como nas inteligências. Ele fazia parte da alma universal; ele era a fé, a superstição íntima, invencível, dos cidadãos. Se acontecesse dele enfraquecer, dizia-se dele, assim como da religião e da propriedade: não é a instituição que é má, é o abuso. Não é o rei que é ruim, são os ministros. “Ah! Se o rei soubesse!” (PROUDHON, 1983: 61)*

A sociedade estabeleceu uma relação de fé com o governo no momento em que delegou a ele o dever de controlar e manter a ordem. A autoridade assumida pelos governantes transformou-se numa pretensa garantia de justiça social. Proudhon ressaltou a inviolabilidade dessas instituições entendidas como essenciais à paz.

O discurso anarquista de negação do governo também está presente, entre outros, no artigo *O voto feminino*, 1927, no qual a escritora denuncia o caráter aprisionador do governo. Aquele que se deixa governar está abrindo mão da liberdade. Ser governado (subjugado) ou governar (subjugador) é agir com selvageria. Em suas palavras:

*A verdadeira sabedoria nos ensina que governar os outros é destruir-se a si mesmo.*

*(...) Só temos o direito e o dever de nos governarmos a nós mesmos.*

*Mais o homem cresce em prestígio político, mais desce aos olhos dos que têm consciência esclarecida. Mais um homem sobe em dignidade e poder e mais resvala, mais é escravo, mais se vulgariza, mais se corrompe, mais deteriora a própria alma. (MOURA, 08/12/1927: 2)*

A partir do momento que o indivíduo permite ser governado está sendo domesticado, calado, sufocado. Ao contrário da visão que se construiu no Estado moderno burguês, o governo e os Estados exercem controle sobre os indivíduos e promovem a imbecilidade e a dependência.



Segundo Bakunin, o Estado, independentemente da forma que assume, é um elemento artificial e absoluto que se impõe pela negação de qualquer força que o ameace. Este caráter totalizante cria uma moral política contrária à moral humana, tendo em vista a eliminação dos direitos individuais e das heterogeneidades que compõem a coletividade.

*É por isso que a moral política sempre foi não somente estranha, mas absolutamente contrária à moral humana. Esta contradição é consequência forçada de seu princípio: o Estado, sendo só parte, apresenta-se e se impõe como um todo; ignora o direito de tudo o que, não sendo ele mesmo, acha-se fora dele, e quando pode, sem perigo para si mesmo, o viola. – O Estado é a negação da humanidade. (BAKUNIN, 1989: 14)*

O autor discute que o objetivo de qualquer tipo de Estado é a conquista. A utilização da força é meio de afirmação e expansão, o que resulta na guerra permanente e na subjugação humana. Monarquia, república, presidencialismo, parlamentarismo, enfim, qualquer forma de Estado se apresenta na sociedade de maneira totalizante e dominadora.

Maria Lacerda interpretou o Estado como instrumento de controle social. A violência institucionalizada mantinha uma estrutura que beneficiava as elites. Nesse sentido, os interesses estatais/nacionais opunham-se aos interesses humanos, à liberdade e solidariedade. As leis criadas por este Estado, a exemplo do projeto de serviço militar obrigatório para ambos os sexos, coagiam os indivíduos.

A Igreja esteve atrelada ao Estado em seu projeto de domínio e domesticação. Numa de suas conferências, *Clero e Estado*, promovida pela Coligação Nacional pró Estado Leigo do Rio de Janeiro, e publicada pela Liga Anti-Clerical em 1931, Maria Lacerda relacionou a Igreja católica ao fascismo na Itália. A Igreja exercia forte influência sobre as questões políticas do país, além de ditar normas e comportamentos à população.

Inquisição e fascismo entrelaçavam-se, na análise de Maria Lacerda. O caráter violento da instituição durante a Idade Média, negando aos indivíduos a liberdade de pensamento, ainda manifestava-se. Os indivíduos que se posicionaram contrários à

Igreja tornavam-se seus inimigos, pecadores, heréticos. Os discursos da Igreja buscavam justificar a domínio do poder espiritual sobre o temporal.

*A Roma de hoje é duplamente satânica.*

*Iludem-se os que querem aproveitar da cisão entre o fascio e o Vaticano, para reconquistar a liberdade.*

*Vaticano, Monarquia e Fascismo entendem-se admiravelmente e lá estão de mãos dadas e se defendem simultânea e mutuamente, no momento oportuno, contra qualquer reivindicação libertaria. (...)*

*A Igreja viu no Fascio uma porta aberta para sua intromissão nos negócios do Estado. (MOURA, 1931: 8)*

Segundo a autora, esta instituição, que num passado bem próximo, havia compactuado com a escravidão, ainda exercia grande domínio sobre as mulheres e os trabalhadores - o que contribuía para a manutenção do sistema capitalista e a permanência da burguesia no poder.

*Aos humildes, aos operários, à mulher, aos fracos e oprimidos ensina a resignação, a paciência, a passividade, a não violência, o servilismo, a domesticidade, o respeito aos fortes, à autoridade constituída, ensina a resistir ao mal com o bem e a dedicação incondicional aos poderosos. E, cúmplice dos Césares do ouro e do poder, pratica toda sorte de espoliações e violências. (MOURA, 1931: 14)*

No entanto, Maria Lacerda afirmava que a Igreja Católica exercia poder principalmente sobre a mulher, a começar pela educação religiosa a qual é submetida desde criança. Esses ensinamentos imputavam às mulheres um sentimento de inferioridade e impureza, devido à idéia do pecado original.

A internalização desses dogmas impedia o crescimento intelectual das mulheres, a liberdade de pensamento. Havia, sobretudo, o cultivo da ignorância feminina para que estas continuassem defendendo a instituição. Nesse sentido, a proposta de educação, tão debatida pela militante - ou seja, uma educação que contribuísse para a transformação do indivíduo, que estimulasse os sentimentos de solidariedade e igualdade, que incentivasse a liberdade individual - entrava em conflito direto com os objetivos da Igreja.

Maria Lacerda questionava a intransigência da Igreja, ao instituir o casamento como uma união divina e indissolúvel. A escritora ousou afirmar que “A Igreja é contra o divórcio, mas em certos casos o consente, desde que a transação seja bem paga ou quando se trate de Napoleão ou Carlos Magno.” (MOURA, 1931: 19) Um casamento indissolúvel assegurava a constituição de uma família estável, nos moldes da família burguesa.

Muitos dos textos apontam para a necessidade de se entender a vida para além da razão, como podemos perceber em seu livro *Religião do Amor e da Beleza*, 1926, que apresenta uma preocupação com o ser humano em sua totalidade, corpo e espírito. A religião, segundo a autora, não respondia a esses anseios, ao contrário, representava mais uma forma de prisão num mundo marcado pela violência, corrupção, ódio e descaso com o próximo. Maria Lacerda reivindica o direito de pensar no transcendental sem que isso fosse confundido com superstição ou religião, como podemos perceber no texto a seguir:

*A razão não tem o direito de sufocar o sonho.*

*Reduzir a inquietude a preconceito religioso é um crime e um preconceito mais vulgar. Metafísica não é religião.*

*A religião é muleta para os fracos e ignorantes. Não basta, não satisfaz à curiosidade dos que já escalaram mais alto.*

*Também a ciência oficial nada pode explicar das cousas transcendentais.*

*Paira à superfície. Cultiva o preconceito do saber absoluto. E não responde às nossas interrogações, à inquietação do nosso espírito insatisfeito.*

*(MOURA, 1934: 58)*

Ao apresentar sua crítica frente à organização social, o faz num tom implacável, visceral, explicitando agruras vivenciadas socialmente. Sua escrita nos dá pistas de como manteve suas convicções a despeito das críticas e repressões sofridas. A autora fala dos sonhos. O direito de sonhar e investir num futuro diferente, numa nova sociedade. Neste sonho não havia espaço para o fascista, o padre ou o burguês.

A liberdade depende da objeção de consciência. O indivíduo que nega as leis impostas pelo Estado, além dos valores religiosos e familiares, assume posturas autônomas frente às questões que o interpelam. É um indivíduo livre. O direito de sonhar com o novo só é dado àquele que se opõe às convenções.

A perspectiva radical presente nos escritos de Maria Lacerda trouxe-lhe problemas, como podemos perceber no artigo citado no início do texto. Ao analisar o porquê do silenciamento (LEITE, 2002) em relação às obras e à atuação de Maria Lacerda, Míriam Leite considerou o aspecto combativo da personagem. Ao declarar-se individualista, anti-social, anticlerical, antifascista e adepta do amor livre, da maternidade consciente e da emancipação da mulher em relação ao homem e ao capital, Maria Lacerda se tornou indesejada, indigna de ser lembrada.

Francisco Correia (CORREIA, 1987) ressaltou Maria Lacerda de Moura recebeu destaque devido à quantidade de trabalhos produzidos e divulgados. No entanto, as propostas da rebelde eram tão ousadas e atacavam tão diretamente os valores fundamentais da sociedade burguesa, que seu trabalho foi boicotado e sua memória combatida.

Maria Lacerda participou ativamente das discussões políticas de seu tempo ao dialogar com comunistas, anarquistas, feministas, educadores, democratas, jornalistas, enfim, vários segmentos importantes no Brasil do início do século XX. Faleceu em 1945, aos 58 anos de idade. Apesar de sua morte precoce, instigou leitores com seus escritos, causou polêmicas, foi admirada e insultada, elogiada e perseguida. Sua resposta aos que lhe criticaram: “Chovam-me sapos de toda parte: eu os comerei sem repugnância, com imenso prazer, que os sonhos me saltam da pena, e das mãos” (MOURA, 27/09/28: 1)

### **Referências Bibliográficas**

BAKUNIN, Mikhail. *O princípio do Estado. Três conferências feitas aos operários do Vale de Saint-Imier*. Brasília: Novos tempos, 1989.

CORREIA, Francisco. Mulheres libertárias: um roteiro. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.) **Libertários no Brasil - memória, lutas, cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª ed., 1987.

DE DECCA, Edgar Salvadori. *1930, O silêncio dos vencidos*. SP: Brasiliense. 2ª ed., 1984.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. São Paulo, SP: Papyrus. 7ª edição, 2003.

KROPOTKIN. [Seleção e apresentação dos textos de Maurício Tragtenberg]. Porto Alegre: L&PM, 1987.

LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. Maria Lacerda de Moura e o anarquismo. In: PRADO, Antonio Arnoni (org.) *Libertários no Brasil - memória, lutas, cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense. 2ª edição, 1987).

\_\_\_\_\_ Aspecto do segredo: Maria Lacerda de Moura. In: FUKUI, Lia (org.) **Segredos de Família**. São Paulo: Annablume, 2002.

LUCA, Tânia Regina de. Revista do Brasil: redespertar da consciência nacional. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p.35-84.

MOURA, Maria Lacerda de. *Guerra a guerra*. **O Combate**, São Paulo, n. 4560, p. 3, 19/11/1927

\_\_\_\_\_ *O voto feminino*. **O Combate**, São Paulo, n. 4575, p. 2, 08/12/1927

\_\_\_\_\_ *Domesticando*. **O Combate**, São Paulo, n. 4730, p. 2, 11/06/1928

\_\_\_\_\_ *De Amundsen a Del Prete*. **O Combate**, São Paulo, n. 4794, p. 2, 23/08/1928

\_\_\_\_\_ *A minha saudação*. **O Combate**, São Paulo, n. 4824, p. 1, 27/09/1928

\_\_\_\_\_ *Clero e Estado*. RJ: Editora Liga Anti-Clerical, 1931.

\_\_\_\_\_ *Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica*. São Paulo, Editorial Paulista, 1934.

\_\_\_\_\_ *Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!* Guarujá/SP: Editora Opúsculo Libertário. 3ª reedição, 1999.

PAGNI, Pedro Ângelo. *Do manifesto de 1932 à construção de um saber pedagógico: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira*. Ijuí: Editora UNIJUI, 2000.

PROUDHON: [textos escolhidos] / [seleção e notas] Daniel Guerin; tradução Suely Bastos. Porto Alegre: L&PM, 1983.

RAGO, Margareth. *Anarquismo & Feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1998.

RICHTER, Liane Peters. *Emancipação feminina e moral libertária: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura*. Campinas, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.